

Memória e resistência: propostas para a preservação dos saberes Kaingang

Claudia Carmem Baggio ^I

<https://orcid.org/0000-0002-4392-1606>

Edgar Bisset-Alvarez ^{II}

<https://orcid.org/0000-0002-5388-5944>

^I Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, Brasil

^{II} Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil

Resumo: Esta pesquisa investiga a preservação, valorização e transmissão dos saberes Kaingang, com foco na comunidade da Aldeia *Kětyjug Těgtũ* (Três Soitas), em Santa Maria, Rio Grande do Sul, no contexto das políticas públicas de patrimônio cultural e as práticas comunitárias de salvaguarda. O objetivo é propor alternativas de preservação do patrimônio cultural indígena, a partir da Ciência da Informação, em diálogo com a comunidade. O patrimônio cultural indígena abrange dimensões materiais e imateriais, ligadas à identidade, memória e territorialidade. A investigação analisa como oralidade, língua materna, rituais, práticas corporais e artesanato fundamentam a cultura Kaingang, propondo estratégias de preservação da memória indígena. A pesquisa, situada no campo da epistemologia, dialoga com epistemes não hegemônicas visando superar a invisibilização histórica dos povos originários na preservação cultural. De abordagem qualitativa, baseia-se na etnografia e na triangulação de dados, utilizando entrevistas com lideranças, educadores e membros da comunidade, além da observação participante. A análise documental contemplou legislações nacionais e internacionais. Os resultados evidenciam que, apesar do reconhecimento legal do patrimônio imaterial, a participação das comunidades ainda é frágil. Destacam-se como pilares da sustentabilidade cultural a preservação da língua Kaingang, o protagonismo dos anciãos e a integração das práticas culturais na escola, além do papel estratégico de centros culturais e museus sob gestão indígena. A partir dessa análise, foi elaborado um Modelo Orientador de Preservação do Patrimônio Cultural Indígena, articulando dimensões normativas, teóricas e vivenciais, com diretrizes para fortalecer a autonomia comunitária e promover políticas culturais plurais que valorizem os saberes Kaingang e superem paradigmas coloniais.

Palavras-chave: ciência da informação; cultura indígena; memória e patrimônio; política de preservação; Kaingang

1 Introdução

A temática indígena tem ganhado maior espaço nas pesquisas, especialmente após a Constituição Federal de 1988 reconhecer o Brasil como um país pluriétnico e multicultural. Para que as políticas públicas atendam a essa diversidade, é essencial respeitar os direitos específicos de cada povo, inclusive no campo da Ciência da Informação.

Nesse contexto, esta pesquisa analisa as políticas públicas voltadas à preservação do patrimônio cultural indígena, tendo como estudo de caso a comunidade Kaingang da Aldeia *Kêtyjug Têgtũ* (Três Soitas), localizada em Santa Maria (RS) (Baggio, 2026). O patrimônio cultural indígena é compreendido como um conjunto de bens materiais e imateriais que abrange saberes, língua, práticas culturais e memória coletiva.

Apesar dos avanços legais, ainda persistem lacunas na efetiva salvaguarda desses patrimônios culturais. Para compreender essa realidade, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa de caráter etnográfico, utilizando como procedimentos metodológicos a análise documental, a realização de entrevistas e a observação participante, com o objetivo de compreender as percepções da comunidade acerca da preservação cultural e das políticas públicas voltadas aos povos indígenas.

Os resultados destacam a importância da participação ativa das comunidades, da valorização dos anciãos como guardiões dos saberes e da integração das práticas culturais ao ambiente escolar. Conclui-se que a preservação do patrimônio cultural indígena requer políticas públicas estruturadas e sensíveis às especificidades socioculturais, fortalecendo a autonomia e a visibilidade dos povos originários.

2 Procedimentos metodológicos

A pesquisa fundamenta-se em uma abordagem qualitativa, considerada adequada para compreender as políticas públicas indigenistas e as narrativas da comunidade Kaingang de Santa Maria (RS), com foco na preservação de sua memória, cultura e história. Ancorado na pesquisa etnográfica, o estudo utilizou

técnicas como observação participante, entrevistas, análise documental e diário de campo (Flick, 2009).

A pesquisa bibliográfica foi realizada com o objetivo de construir a matriz teórica que sustenta a análise das políticas públicas e das entrevistas com a comunidade Kaingang. Seguindo as orientações de Thomas (2021), foram definidos critérios de seleção, como escopo, período, recorte geográfico, palavras-chave e bases de dados, priorizando autores indígenas e valorizando suas perspectivas. O levantamento documental incluiu documentos governamentais da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), produções de representações indígenas e estudos acadêmicos sobre o povo Kaingang, além de literatura relacionada às políticas de informação e à preservação do patrimônio cultural indígena.

A pesquisa de campo foi realizada na Aldeia Kaingang *Kětyjug Těgtũ* (Três Soitas), em Santa Maria (RS), cuja população é composta por 73 pessoas. Participaram do estudo 20 colaboradores da comunidade, entre lideranças, professores, artesãos, estudantes, moradores e profissionais de saúde. Como critérios de inclusão, consideraram-se pessoas com conhecimento sobre o ordenamento social da aldeia e os saberes tradicionais, sendo excluídos menores de 18 anos. As entrevistas semiestruturadas foram realizadas na escola indígena local, a partir de um roteiro fundamentado em referências sobre políticas públicas, preservação cultural e o povo Kaingang.

Antes da coleta principal, foi realizado um estudo piloto com dois moradores da aldeia para validar o instrumento de pesquisa. As entrevistas foram gravadas, transcritas com o auxílio do TurboScribe.ai e analisadas qualitativamente, garantindo-se o anonimato dos participantes por meio da identificação com algarismos arábicos. A análise baseou-se na triangulação de dados – entrevistas, diário de campo e bibliografia – estratégia que amplia a consistência interpretativa da pesquisa qualitativa (Flick, 2009).

O processo analítico seguiu uma perspectiva interpretativa (Erickson, 1986), na qual os registros de campo são examinados criticamente para identificar padrões e construir categorias analíticas. Essas categorias emergiram de forma indutiva a partir de leituras sucessivas dos dados (Lüdke; André, 1986;

Viégas, 2007), sendo posteriormente articuladas ao referencial teórico (André, 1995). Assim, os resultados foram organizados em quatro categorias temáticas: (1) preservação do patrimônio cultural e luta pelos direitos indígenas; (2) preservação do patrimônio cultural e contexto social indígena; (3) preservação do patrimônio cultural e saberes tradicionais indígenas; e (4) preservação do patrimônio cultural e políticas públicas.

A pesquisa seguiu as diretrizes éticas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e do Conselho Nacional de Saúde (Resoluções n. 466/2012 e n. 510/2016), com aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFSC (CEPSH/UFSC) e autorização da liderança da Aldeia *Kêtyjug Têgtũ* e da 8ª Coordenadoria Regional de Educação.

Por fim, a análise dos dados forneceu subsídios para a elaboração de um documento orientador, que apresenta critérios, estratégias e ações voltadas à preservação do patrimônio cultural do povo Kaingang, construídas a partir das necessidades identificadas na comunidade.

3 Referencial teórico

O referencial teórico foi construído a partir da valorização dos saberes do povo Kaingang, propondo um deslocamento epistemológico que reconhece a pluralidade das formas de conhecimento e problematiza as relações de poder que historicamente marginalizaram as epistemologias indígenas, em direção a perspectivas mais interculturais e sensíveis às suas especificidades.

3.1 A relação da Ciência da Informação com a Preservação do Patrimônio Cultural Indígena

A Ciência da Informação é uma área multidisciplinar que passou a dedicar maior atenção às questões indígenas a partir da década de 1990, especialmente com o avanço das tecnologias da informação, que ampliaram o diálogo entre diferentes culturas. Nesse contexto, bibliotecas e sistemas de informação passaram a ser reconhecidos como espaços relevantes para a preservação e difusão das memórias indígenas (Aguilar, 2009).

Historicamente, grande parte da documentação sobre os povos indígenas foi produzida pelo Estado com fins de controle. Contudo, após a Constituição de 1988, houve maior reconhecimento de sua organização social e cultural, o que impulsionou iniciativas voltadas à preservação de suas memórias e patrimônios culturais (Mello; Couto, 2017). Nesse cenário, a Ciência da Informação passou a enfatizar a necessidade de considerar a historicidade desses documentos e de valorizar o protagonismo dos próprios povos indígenas em sua produção, evitando perspectivas etnocêntricas ou colonizadoras (Maimone; Matos, 2019).

Além disso, a documentação indígena exige o reconhecimento de outras formas de registro do conhecimento. Menezes (2021) destaca que as experiências linguísticas indígenas diferem da tradição bibliográfica ocidental, centrada na escrita alfabética linear. Assim, limitar os tipos documentais a esse modelo implica excluir formas relevantes de registro, como narrativas orais, músicas, festivais, performances, danças e inscrições em diferentes materiais. O autor argumenta que o pensamento indígena deve ser compreendido em sua relação com a terra, entendida como base dos sistemas de conhecimento e das dimensões ontológicas, epistemológicas e sociais.

3.2 Principais marcos legais e instrumentos de Preservação do Patrimônio Cultural Indígena no Brasil

As políticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil foram construídas a partir de marcos legais voltados à proteção da memória e dos bens culturais. Entre os primeiros marcos destacam-se a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e do Arquivo Nacional, em 1838, e, posteriormente, do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 1937, que deu origem ao atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

A Constituição Federal de 1988 ampliou o conceito de patrimônio cultural ao incluir bens materiais e imateriais e reconhecer os direitos dos povos indígenas à sua organização social, línguas, crenças, tradições e territórios (Brasil, 1988). Nesse contexto, destacam-se o Decreto n. 3.551/2000, que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (Brasil, 2000) e o Decreto n. 6.040/2007

(Brasil, 2007), que criou a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

No âmbito institucional, sobressaem a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) e a Comissão Nacional de Política Indigenista, responsáveis pela formulação e articulação de políticas voltadas aos direitos indígenas. Apesar desses avanços, ainda persistem desafios para a efetivação plena das políticas de preservação do patrimônio cultural indígena.

Nesse cenário, museus e centros culturais indígenas assumem papel relevante na preservação do patrimônio material e imaterial, fortalecendo a memória, a identidade e o protagonismo dos povos originários na gestão e difusão de seus conhecimentos. No Brasil, destacam-se iniciativas como o Museu Índia Vanuïre (SP), o Museu Maguta, criado pelo povo Ticuna no Amazonas, o Museu Kanindé (CE); o Museu Nacional dos Povos Indígenas (RJ); (Museu Índia Vanuïre, 2025; Museu Maguta, 2025; Santos, 2023 e o Museu Nacional dos Povos Indígenas, 2024).

Além dessas experiências, instituições como o Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo e o Museu de Arqueologia e Etnologia Oswaldo Rodrigues Cabral, da Universidade Federal de Santa Catarina, também desenvolvem ações colaborativas com comunidades indígenas, contribuindo para a preservação e valorização de suas culturas. (USP, [2025]; MarQue/UFSC, 2017).

3.3 Os povos originários no Brasil e o povo Kaingang: contextualização da Aldeia Três Soitas - *Kētōjug Tēgtū*, de Santa Maria, RS

Durante o período colonial brasileiro, os povos indígenas foram submetidos a processos sistemáticos de violência, exploração e violação de direitos. Estima-se que cerca de três milhões de indígenas habitavam o território no início da colonização, número que foi reduzido para aproximadamente 70 mil em 1970, em decorrência de escravidão, guerras, genocídios, etnocídios e da disseminação de doenças trazidas pelos colonizadores (Brasil, 2002).

A partir da década de 1980, observa-se uma retomada demográfica da população indígena, que alcançou cerca de 800 mil pessoas em 2010 (IBGE,

2012). Apesar desse crescimento, muitos povos ainda apresentam populações reduzidas, resultado de políticas históricas de extermínio e integração forçada. No início do século XX, a política indigenista brasileira teve caráter integracionista, com a criação do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), em 1910, posteriormente substituído pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), em 1967. O Estatuto do Índio (Lei n. 6.001/1973) regulamentou essas relações ainda sob uma perspectiva tutelar e assimilacionista.

A mobilização do movimento indígena, intensificada a partir da década de 1970, contribuiu para avanços significativos, culminando na Constituição Federal de 1988, que reconheceu a organização social, as línguas, tradições e os direitos originários dos povos indígenas sobre seus territórios (Brasil, 1988; Ferreira, 2020).

Segundo o Censo de 2022, os povos indígenas representam 0,83% da população brasileira, distribuídos em 391 povos e 295 línguas, com maior concentração na região amazônica (IBGE, 2022). Ainda assim, a demarcação de terras tradicionais permanece como uma das principais reivindicações desses povos.

Entre os povos indígenas do Brasil, destaca-se o povo Kaingang, pertencente à família linguística Jê e tradicionalmente presente nos estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Autodenominados *Kanhgág*, “povo da floresta”, mantêm forte relação com a Floresta de Araucárias. No Censo de 2010, somavam 37.470 pessoas, com cerca de 22 mil falantes da língua Kaingang (IBGE, 2012).

A organização social Kaingang baseia-se em uma cosmologia dual formada pelas metades tribais *Kamē* e *Kairu*, que orientam aspectos da vida social, como parentesco, casamento e filiação patrilinear, além de se manifestarem em grafismos presentes na cestaria, artefatos e pinturas corporais. Seus conhecimentos culturais são transmitidos principalmente pela oralidade, com os mais velhos responsáveis por repassar saberes, língua, mitos e modos de vida às novas gerações, sustentando uma estrutura social coletiva baseada em famílias interligadas que compartilham responsabilidades sociais, econômicas, políticas e educacionais (Claudino, 2013; Ferreira, 2014).

Historicamente, o povo Kaingang enfrentou intensos processos de perda territorial, especialmente a partir do século XIX, com a expansão da colonização e a implementação de políticas de aldeamento que delimitaram áreas para indígenas e colonos (Laroque, 2007). Em resposta a essas pressões, desenvolveram diferentes estratégias de resistência e, desde o final da década de 1970, passaram a integrar movimentos de retomada de territórios tradicionais.

Com a Constituição Federal de 1988 e o reconhecimento ampliado dos direitos indígenas, os Kaingang passaram a adotar novas dinâmicas de mobilidade territorial, incluindo deslocamentos para centros urbanos e ocupações de áreas tradicionais, reafirmando suas lutas por direitos territoriais, culturais e políticos (Perius, 2020).

No município de Santa Maria (RS), onde se localiza a Aldeia *Kêtyjug Têgtũ* (Três Soitas), a presença indígena antecede a chegada dos colonizadores. A partir de 1999, famílias Kaingang iniciaram ocupações na cidade, inicialmente com acampamentos voltados à comercialização de artesanato. Em 2000, estabeleceram-se em área próxima à rodoviária, dando origem à atual aldeia. Nesse processo, enfrentaram diversas dificuldades, mas também contaram com iniciativas de apoio, como a Casa do Índio (2001-2006) e a criação do Grupo de Apoio aos Povos Indígenas (GAPIN), em 2006.

Em 2011, a I Assembleia Popular Indígena, realizada em Santa Maria, reuniu lideranças Kaingang e Guarani, além de diversas entidades, para discutir direitos relacionados à terra, moradia, saúde, educação e comercialização de artesanato. No mesmo ano, o Ministério Público Federal garantiu judicialmente a permanência provisória da comunidade em área próxima à rodoviária, onde foram organizados espaços comunitários, como escola, posto de saúde e áreas de produção.

Mesmo estabelecidos na cidade, os Kaingang mantêm vínculos com a Terra Indígena Guarita, tanto por laços de parentesco quanto pelo acesso a matérias-primas utilizadas na produção de artesanato, atividade central para a cultura e o sustento da comunidade. Nesse contexto, a terra é compreendida como herança ancestral e elemento fundamental para a continuidade da vida e da cultura Kaingang.

Desde a instalação da Aldeia *Kětyjug Těgtũ*, a comunidade mobilizou-se pela criação de uma escola bilíngue voltada à valorização dos saberes tradicionais e ao fortalecimento da identidade cultural. Como resultado dessa mobilização, foi criada, em 2012, a Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental Augusto Ope da Silva, que atende da educação infantil à educação de jovens e adultos, com turmas multisseriadas e professores indígenas.

O nome da Aldeia *Kětyjug Těgtũ* (Três Soitas) faz referência à presença de três árvores nativas conhecidas como açoita-cavalo, existentes no território e associadas à ligação ancestral com a terra, além de possuírem valor medicinal para a comunidade.

Entre 2018 e 2019, após disputas judiciais, a aldeia foi transferida para uma área rural de 20 hectares no distrito de Arroio Grande, em Santa Maria (RS). Nesse novo território, inserido na Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, a comunidade passou a desenvolver atividades como cultivo de alimentos e criação de animais, fortalecendo sua relação com a natureza.

Atualmente, a aldeia é composta por cerca de 17 famílias, totalizando aproximadamente 73 pessoas, sob a liderança do cacique Natanael Claudino. A principal fonte de renda da comunidade é a produção e venda de artesanato em Santa Maria e região, complementada por benefícios sociais. As moradias foram construídas em mutirão com kits da FUNAI, embora a aldeia ainda enfrente dificuldades de acesso, especialmente em períodos de chuva.

A comunidade conta com uma Unidade Básica de Saúde vinculada à Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI). Em relação à escola, apesar de possuir água potável, energia elétrica e acesso à internet, ainda apresenta limitações estruturais, como a ausência de biblioteca e refeitório e a necessidade de ampliação para a oferta do ensino médio. Ainda assim, a escola destaca-se pelo protagonismo comunitário e pela articulação com universidades e instituições, desenvolvendo projetos que fortalecem o diálogo intercultural, como o jogo digital *Kamē e Kanhru*, inspirado na mitologia Kaingang.

A comunidade também mantém perfis ativos nas redes sociais para divulgar sua cultura e fortalecer a identidade indígena, além de participar de atividades esportivas e culturais que valorizam a memória coletiva e os saberes

tradicionais. Entre essas iniciativas destacam-se os Jogos Tradicionais Indígenas, mostras culinárias, exposições de artesanato e debates sobre a cosmovisão Kaingang, frequentemente realizados em parceria com o povo Guarani. Dessa articulação resultou a Lei Municipal n. 6.755/2023, que “Institui o Mês da Visibilidade e Consciência Indígena no âmbito do Município de Santa Maria” (Santa Maria, 2023).

Nos últimos anos, diferentes projetos culturais têm fortalecido o protagonismo da comunidade. Em 2024, aconteceu o *Abril Indígena* na Aldeia com debates, apresentações culturais Kaingang e Guarani e a segunda edição dos *Jogos Indígenas*. Em 2025, o evento Aldeia Cultural Mundo Kaingang ampliou as ações de valorização cultural, e foi implantada a Agroflorestra *Kêtyjug Têgtũ*, voltada à recuperação ambiental e à produção sustentável. Essas iniciativas evidenciam o conhecimento indígena como patrimônio vivo, cuja preservação depende tanto das práticas comunitárias quanto de políticas públicas de proteção cultural.

4 Resultados e discussão

A seguir, apresentam-se os resultados da pesquisa, organizados em quatro categorias temáticas definidas a partir dos relatos dos participantes e articuladas ao referencial teórico e aos marcos legais relacionados à preservação do patrimônio cultural indígena no Brasil.

4.1 Preservação do patrimônio cultural e a luta pelos direitos indígenas

Os relatos dos interlocutores evidenciam que a luta do povo Kaingang é marcada pela organização coletiva em defesa de direitos fundamentais, como território, educação, saúde e cultura, revelando a distância entre os direitos garantidos na Constituição e a realidade vivida pelas comunidades.

As narrativas também destacam a resistência histórica diante dos processos de colonização e das tentativas de apagamento cultural, reafirmando a memória, a oralidade e as tradições como instrumentos de fortalecimento identitário e de luta por direitos. Como destaca o Interlocutor 1: “Eu sempre digo

que, pós-invasão, 524 anos se passaram [...] se eles não terminaram com nós em 524 anos, eles não terminam mais” (Interlocutor 1).

Por fim, os interlocutores ressaltam que a valorização da cultura indígena constitui um compromisso coletivo, considerando a importância dos saberes ancestrais para a preservação ambiental, a diversidade cultural e a construção de uma sociedade mais justa e plural. Essa continuidade da luta também aparece na fala do Interlocutor 13, ao afirmar que “atualmente, a nossa luta é praticamente a que a gente sempre viveu, a mesma luta que nossos avós passaram, a gente passa também, não é só uma luta por direitos, é uma luta pela vida, contra o preconceito contra a nossa própria cultura” (Interlocutor 13).

4.2 Preservação do patrimônio cultural e o contexto social indígena

A partir dos relatos dos interlocutores, observa-se que a comunidade da aldeia enfrenta graves dificuldades estruturais, como acesso precário, falta de saneamento, ausência de políticas públicas e negligência por parte do poder público. Nesse contexto, muitas vezes a comunidade precisa recorrer ao Ministério Público para garantir direitos básicos assegurados pela Constituição, mas que permanecem, na prática, sistematicamente negligenciados. Como destaca o Interlocutor 1: “E, muitas vezes, nem cumprem o que está no papel, se não conseguem botar na prática o mínimo, então, a nossa comunidade não tem acesso, não por falta de conhecimento dos nossos direitos [...], mas a gente tem essa dificuldade pelos próprios governantes mesmo, a negligência do poder público mesmo”.

4.3 Preservação do patrimônio cultural e os saberes tradicionais indígenas

Os relatos dos interlocutores indicam que a transmissão dos saberes tradicionais do povo Kaingang ocorre predominantemente por meio da oralidade, com forte valorização da língua materna e dos conhecimentos ancestrais. Nesse processo, os anciãos, conhecidos como *kofá*, desempenham papel central como guardiões da memória e na transmissão das experiências entre as gerações. Como destaca o Interlocutor 1, “[...] 99% do conhecimento Kaingang é passado oralmente”. De modo semelhante, o Interlocutor 6 resalta a relevância dos mais velhos nesse

processo formativo: “É os mais velhos, os nossos *kofá*, que nos passam os conhecimentos de vida que eles têm [...] e a gente acaba aprendendo de forma oral”.

A escola indígena também é apontada como um espaço importante para o fortalecimento desses saberes, especialmente diante da diminuição dos anciãos e das fragilidades na transmissão intergeracional. Assim, a preservação da cultura Kaingang se mantém por meio da oralidade, do uso da língua, das práticas culturais e da relação com a natureza. Nesse contexto, os interlocutores ressaltam que a manutenção da língua e da memória é fundamental para a continuidade da identidade Kaingang, constituindo também uma forma de resistência frente ao apagamento histórico e às pressões da cultura hegemônica. Como destaca o Interlocutor 1: “Eu vou citar uma frase do nosso saudoso Augusto Ope da Silva, que ele sempre falava que a nossa língua é a nossa identidade viva; se a gente perder isso, as nossas gerações futuras vão ser uma comunidade indígena, uma etnia sem futuro”..

Na Aldeia Três Soitas, a preservação do conhecimento Kaingang ocorre por meio da língua materna, das práticas culturais, das vivências cotidianas, das atividades escolares e de eventos comunitários, fortalecendo a identidade cultural e o protagonismo da comunidade. Embora a memória seja transmitida principalmente pela oralidade, os interlocutores reconhecem a importância de registros escritos e audiovisuais produzidos pelos próprios indígenas para salvaguardar e divulgar sua cultura.

Entretanto, os relatos também apontam desafios, como o impacto das tecnologias digitais, a diminuição dos anciãos e a escassez de registros produzidos pela comunidade. Diante disso, destaca-se a importância do protagonismo indígena e da transmissão intergeracional dos saberes, articulando a tradição oral à produção de registros culturais como forma de resistência e continuidade da memória Kaingang. Por fim, a presença do preconceito também aparece nos relatos, como evidencia o Interlocutor 18 ao afirmar que a discriminação contra os povos indígenas permanece presente na sociedade: “Devia ter mais respeito, porque a gente ainda sofre muito preconceito. Eu vejo isso em tudo que é lugar que a gente vai, quando percebem que a gente é

indígena [...] isso me incomodou muito, porque na minha cabeça isso não existia mais. Foi um choque prá mim”.

4.4 Preservação do patrimônio cultural indígena e as políticas públicas

Os interlocutores reconhecem a importância das políticas públicas voltadas aos povos indígenas, mas apontam dificuldades de acesso e efetivação, relacionadas à burocracia, à falta de reconhecimento institucional e à limitada divulgação dessas ações. Nesse contexto, destacam a necessidade de maior participação indígena na formulação e implementação das políticas, como forma de garantir direitos e enfrentar situações de vulnerabilidade social.

Os relatos também evidenciam que a demarcação do território é considerada elemento central para a preservação do modo de vida Kaingang, pois possibilita a efetivação de políticas essenciais, como a educação bilíngue, a saúde indígena e o fortalecimento da cultura. Conforme destaca o Interlocutor 5, a negação do território representa uma forma de violência que compromete a continuidade da cultura e das formas próprias de viver do povo Kaingang. “Então, se o Estado nega prá gente o território, é uma forma de violência que ele também está acabando com o modo de viver Kaingang [...] Eu não dou o território e eles não vão construir a escola para não ter a educação diferenciada, a saúde diferenciada, então, eu acho que o foco aqui é o território.” (Interlocutor 5).

Em síntese, os interlocutores destacam que as políticas públicas voltadas à preservação da cultura Kaingang devem garantir maior reconhecimento estatal e a participação ativa dos próprios indígenas em sua elaboração e gestão. Entre os aspectos centrais estão a demarcação territorial, a educação bilíngue e a criação de espaços culturais geridos pela comunidade. Os relatos ressaltam a importância de reconhecer os povos indígenas como sujeitos contemporâneos, valorizando suas tradições, saberes e formas próprias de organização social. Como afirma o Interlocutor 13: “[...] a gente não é uma história, a gente ainda tá aqui, então, a gente é uma realidade. Então, que eles conheçam a nossa realidade”.

Nesse contexto, a maioria dos interlocutores apoia a criação de museus e centros culturais indígenas, preferencialmente geridos pelos próprios Kaingang,

como espaços de preservação cultural, visibilidade e fortalecimento do protagonismo indígena. Esses locais são compreendidos como fundamentais para garantir uma representação autêntica da cultura e valorizar as práticas sociais e culturais vivenciadas em seus territórios. Como ressalta o Interlocutor 5: “A própria preservação é colocar em prática a vida dentro da sua organização social, dentro do seu território”.

4.5 Proposta do Modelo Orientador de Preservação do Patrimônio Cultural Indígena

O produto elaborado, intitulado *Modelo Orientador para a Preservação do Patrimônio Cultural Indígena*, foi desenvolvido a partir das necessidades identificadas nas entrevistas com membros da comunidade Kaingang, articuladas às narrativas coletadas no trabalho de campo e ao referencial teórico da pesquisa. O documento propõe diretrizes para o fortalecimento da preservação cultural, valorizando os saberes tradicionais e as identidades indígenas. Apresenta-se como um instrumento orientador e adaptável, que respeita a autonomia das comunidades e reconhece seu protagonismo, fundamentando-se na escuta, na reciprocidade e na construção compartilhada de políticas culturais interculturais.

O *Modelo Orientador de Preservação do Patrimônio Cultural do Povo Kaingang* foi organizado em formato de cartilha e também está disponível no Repositório Institucional da BU/UFSC, acessível pelo link nas referências, de autoria de Baggio e Bisset-Alvarez (2025).

5 Considerações finais

Esta pesquisa buscou contribuir para a valorização, salvaguarda e transmissão dos saberes do povo Kaingang, a partir da escuta das vozes indígenas e do aporte da Ciência da Informação nos processos de organização, preservação e circulação desses conhecimentos. Realizada na *Aldeia Kêtyjug Têgtũ* (Três Soitas), em Santa Maria (RS), a investigação evidenciou que o patrimônio cultural Kaingang constitui um sistema vivo, presente nas narrativas orais, na língua materna, nos rituais, nas práticas cotidianas e nas relações com a terra.

O percurso metodológico baseou-se em entrevistas, observação e análise documental, utilizando a triangulação de dados para compreender as formas de transmissão dos saberes e de preservação da memória cultural. Os resultados destacam a centralidade da oralidade, da língua, das práticas culturais e dos espaços educativos e comunitários na afirmação da identidade Kaingang, bem como a necessidade de registrar esses saberes a partir da perspectiva indígena, respeitando seus modos próprios de produção de conhecimento.

A pesquisa aponta que a efetividade das políticas públicas de preservação do patrimônio indígena depende da participação ativa das comunidades e do respeito ao direito à consulta livre, prévia e informada. Com base nas narrativas e na análise realizada, foi elaborado um modelo orientador para a preservação do patrimônio cultural indígena.

Por fim, o estudo reafirma que a preservação do patrimônio cultural indígena constitui um processo político, pedagógico e ético, vinculado à garantia de direitos e ao reconhecimento das múltiplas epistemologias que compoem a diversidade brasileira, contribuindo para o fortalecimento das lutas dos povos originários e para a promoção de uma pesquisa mais ética, plural e intercultural.

Referências

AGUILAR, Alejandra. O indigenismo na era da informação. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 3, n. 2, p. 158 -191, 2009.

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso. **Etnografia da prática escolar**. Campinas: Papirus, 1995.

BAGGIO, Claudia Carmem. **Políticas de preservação do patrimônio cultural indígena: estudo etnográfico na Aldeia Ketyjug Tegtú (Três Soitas) de Santa Maria, RS**. 2026. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2026.

BAGGIO, Claudia Carmem; BISSET-ALVAREZ, Edgar. **Modelo Orientador de Preservação do Patrimônio Cultural do Povo Kaingang**. Florianópolis: [s.n.], 2025. Cartilha. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/272041/PCIN0409-T%282%29.pdf>. Acesso em: 21 maio 2026.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Altos Estudos, Pesquisas e Gestão da Informação, 2024.

BRASIL. Decreto n. 3.551, de 4 de agosto de 2000. Institui o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem Patrimônio Cultural Brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e cria outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, ano 137, n. 150, p. 1, 5 ago. 2000.

CLAUDINO, Zaqueu Key. **A formação da pessoa nos pressupostos da tradição**: educação indígena Kaingang. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

ERICKSON, Frederick. Qualitative methods in research on teaching. *In*: WITTROCK, Merlin C. (ed.). **Handbook of research on teaching**. 3. ed. New York: Macmillan, 1986. p. 119-161.

FERREIRA, Bruno. **Educação Kaingang**: processos próprios de aprendizagem e educação escolar. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

FERREIRA, Bruno. **O papel da escola nas comunidades Kaingang**. 2020. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo 2010: população indígena é de 896,9 mil, tem 305 etnias e fala 274 idiomas. **Agência IBGE Notícias**, Brasília, 10 ago. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo 2022: Brasil tem mais de 8,5 mil localidades indígenas, a maioria na Região Norte. **Agência de Notícias**, Brasília, 19 dez. 2022.

LAROQUE, Luís Fernando Silva. **Pesquisas**: fronteiras geográficas, étnicas e culturais envolvendo os Kaingang e suas lideranças no Sul do Brasil (1889-1930). São Leopoldo: UNISINOS, 2007.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MAIMONE, Giovana Deliberali; MATOS, Amanda Pedrosa. Cultura indígena sob a perspectiva da Ciência da Informação. **Brazilian Journal of Information**

Studies: Research Trends, Marília, v. 13, n. 3, p. 46-55, 2019. Disponível em:
<https://doi.org/10.36311/1981-1640.2019.v13n3.05.p46>. Acesso em: 12 mar.
2025.

MELLO, Rodrigo Piquet Saboia ; COUTO, Ione Helena Pereira. A metamorfose
da memória indígena no âmbito dos projetos de documentação da UNESCO.
Ponto de Acesso, Salvador, v. 11, n. 2, p. 90-104, 2017.

MENEZES, Vinícios Souza. From pandemic of books to bibliography = Da
pandemia de livros à bibliografia. **Bibliothecae.it**, Bologna, v. 10, n. 2, p. 219-
254, 2021. Disponível em:
<https://doi.org/10.6092/issn.2283-9364/14070>. Acesso em: 12 mar. 2025.

MUSEU DE ARQUEOLOGIA E MUSEOLOGIA DA UFSC (MARQUE/UFSC).
Professor Oswaldo Rodrigues Cabral: tecendo saberes pelos caminhos
Guarani, Kaingang e Laklãnõ-Xokleng. Florianópolis: MARQUE/UFSC, 2017.

MUSEU ÍNDIA VANUÍRE. O Museu. Tupã: Museu Índia Vanuíre, 2025.

MUSEU MAGUTA. **O primeiro museu indígena do Brasil**. Benjamin
Constant: Museu Maguta, 2025.

MUSEU NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS. Povos indígenas dos seis
biomas aprovam documento com o posicionamento dos povos indígenas sobre
propriedade intelectual. **Portal Gov.br Notícias**, Brasília, 10 abr. 2024.

PERIUS, Eduardo. **Aldeia Três Soitas**: memória, identidade e territorialidade
Kaingang em Santa Maria. 2020. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de
Ciências Sociais e Humanas, Programa de PósGraduação em História,
Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2020.

SANTA MARIA (RS). Lei n. 6.755, de 2023. Institui o Mês da Visibilidade e
Consciência Indígena no âmbito do município de Santa Maria. Santa Maria, RS,
2023. **Diário Oficial Eletrônico do Município de Santa Maria (RS)**, Santa
Maria, 7 jun. 2023.

SANTOS, Suzenilson Silva. Autogestão da memória: a experiência da
museologia indígena entre os Kanindé no Ceará. **Revista do Centro de Pesquisa
e Formação**, São Paulo, n. 17, p. 101-116, 2023.

THOMAS, C. George. **Research methodology and scientific writing**. 2. ed.
New Delhi: Ane Books India, 2021.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP). **Museu de Arqueologia da USP**.
São Paulo: USP, [2025].

VIÉGAS, Lygia de Sousa. Reflexões sobre a pesquisa etnográfica em psicologia
e educação. **Revista Diálogos Possíveis**, Salvador, v. 6, n. 1, p. 101-123, 2007.

Memory and resistance: proposals for the preservation of Kaingang knowledge

Abstract: This research investigates the preservation, valorization, and transmission of Kaingang knowledge, focusing on the community of the Kêtyjug Têgtũ (Três Soitas) village in Santa Maria, within the context of public policies on cultural heritage and community safeguarding practices. The objective is to propose alternatives for the preservation of indigenous cultural heritage, based on Information Science, in dialogue with the community. Indigenous cultural heritage encompasses material and immaterial dimensions, linked to identity, memory, and territoriality. The investigation analyzes how orality, mother tongue, rituals, bodily practices, and crafts underpin Kaingang culture, proposing strategies for preserving indigenous memory. The research, situated in the field of epistemology, engages with non-hegemonic epistemologies aiming to overcome the historical invisibility of native peoples in cultural preservation. Using a qualitative approach, it is based on ethnography and data triangulation, employing interviews with leaders, educators, and community members, as well as participant observation. This research, situated within the field of epistemology, engages with non-hegemonic epistemologies aiming to overcome the historical invisibility of indigenous peoples in cultural preservation. Using a qualitative approach, it is based on ethnography and data triangulation, employing interviews with leaders, educators, and community members, as well as participant observation. Documentary analysis encompassed national and international legislation. The results show that, despite the legal recognition of intangible heritage, community participation remains weak. Key pillars of cultural sustainability include the preservation of the Kaingang language, the leadership of elders, and the integration of cultural practices in schools, in addition to the strategic role of cultural centers and museums under indigenous management. Based on this analysis, a Guiding Model for the Preservation of Indigenous Cultural Heritage was developed, articulating normative, theoretical, and experiential dimensions, with guidelines to strengthen community autonomy and promote plural cultural policies that value Kaingang knowledge and overcome colonial paradigms.

Keywords: information science; indigenous culture; memory and heritage; preservation policy; Kaingang

Declaração de autoria

Concepção e elaboração do estudo: Claudia Carmem Baggio, Edgar Bisset-Alvarez

Coleta de dados: Claudia Carmem Baggio

Análise e interpretação de dados: Claudia Carmem Baggio

Redação: Claudia Carmem Baggio

Revisão crítica do manuscrito: Claudia Carmem Baggio, Edgar Bisset-Alvarez

Declaração de disponibilidade de dados

Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo está disponível em: BAGGIO, Claudia Carmem. Políticas de preservação do patrimônio cultural indígena: estudo etnográfico na Aldeia Ketyjug Tegtú (Três Soitas) de Santa Maria, RS. 2026. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2026. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/272041>.

Autoria para correspondência

Claudia Carmem Baggio
ccbaggio@gmail.com

Editor-chefe

Thiago Henrique Bragato Barros

Como citar

BAGGIO, Claudia Carmem; BISSET-ALVAREZ, Edgar. Memória e resistência: propostas para a preservação dos saberes Kaingang. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 32, e-150525, 2026. DOI: <https://doi.org/10.1590/1808-5245.32.150525>

Parecer(es) aberto(s):

<https://doi.org/10.1590/1808-5245.32.150525A>

Recebido: 29/09/2025

Aceito: 01/04/2026

Copyright (c) 2026 Claudia Carmem Baggio, Edgar Bisset-Alvarez. Este trabalho está licenciado sob uma licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/). Autores mantêm os direitos autorais e concedem à revista o direito de primeira publicação, com o trabalho licenciado sob a Licença Creative Commons Attribution (CC BY 4.0), que permite o compartilhamento do trabalho com reconhecimento da autoria. Os artigos são de acesso aberto e uso gratuito.

